

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº: **1004711-94.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Cheque**  
 Requerente: **Milton Carlos Coppi**  
 Requerido: **MEF FAVORETTO EMBALAGENS ME**

Justiça Gratuita

MILTON CARLOS COPPI ajuizou ação contra MEF FAVORETTO EMBALAGENS ME, pedindo a condenação ao pagamento da importância de R\$ 129.737,14, correspondendo ao saldo devedor de empréstimo de dinheiro, representado por cheque emitido e não pago.

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo, preliminarmente, ausência de pressuposto processual e, quanto ao mérito, a inexistência de dívida, pois o cheque que estaria em poder do autor foi emitido em garantia da compra de uma máquina perante terceiro, compra que não se consumou.

Manifestou-se o autor.

Infrutífera a proposta conciliatória, o processo foi saneado.

Procedeu-se a instrução e colheu-se a manifestação final das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A exibição do cheque constitui atividade probatória, não pressuposto processual, pelo que rejeito a arguição da ré a respeito (fls. 56).

O autor trabalhou para a ré entre 2006 e 2012 (auxiliar administrativo) e teria emprestado dinheiro para ela. O valor ora cobrado corresponderia a um cheque, de um desses empréstimos, mas extraviou.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Segundo a ré, tratava-se de um cheque emitido em garantia na compra de uma máquina, que não se concretizou.

O valor do cheque coincide com o valor de compra entabulada com Voplastic, aludida no documento de fls. 88. O empresário, ouvido em juízo, explicou ter realmente recebido da ré um cheque desse valor, em garantia de compra, depois não concretizada, razão pela qual inutilizou e devolveu o documento pelo correio (fls. 178). Pode parecer estranho tanto a remessa de cheques pelo correio, em pagamento de serviços, quanto a devolução de um cheque decorrente de compra não concretizada, também pelo correio. Mas essa incongruência não dispensa o autor de prova plena do fato alegado, qual seja, o empréstimo de dinheiro para a ré.

Existe a hipótese de que esse cheque, ora objeto de cobrança, tenha sido emitido em substituição àquele reproduzido a fls. 109, de igual valor. Esse documento está ilegível no campo da assinatura mas é possível verificar que foi preenchido posteriormente, ou pelo menos por pessoa diversa que quem a emitiu, no campo de beneficiário, onde aparece o nome do autor. E mesmo assim, esse fato não confirma o repasse de dinheiro pelo autor, para a ré, para justificar a cobrança da suposta dívida.

Disse o autor, no depoimento pessoal, que em julho de 2010 passou a *trocar cheques de fornecedores da empresa* (a ré). Alguns fornecedores, com os quais ele tinha contacto, estando na posse de cheques da empresa-ré, descontavam os valores com ele e, posteriormente, acertava com o Dr. Joaquim Daniel (fls. 140). Apesar disso, não comprovou a realização de pagamento de quantia próxima desses R\$ 89.543,00, em benefício da ré.

Observe-se que o autor trabalhou para a ré e tinha alguma autonomia em negócios da sociedade, a tal ponto que, segundo disse, recebia e trocava cheques de clientes. E sabe-se que tinha vínculo empregatício, tanto que em determinado momento ajuizou ação trabalhista.

Nada obstante, a circunstância de figurar como beneficiário de alguns cheques emitidos pela ré, de valores inferiores àquele ora cobrado, de firmar um documento de modo unilateral (fls. 109), sem reconhecimento pela ré, e de exibir conversas telefônicas, aludindo intenção de resolver pendências, não confirma especificamente o empréstimo dessa quantia cobrada.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

O insucesso, por si só, não induz litigância maliciosa.

Diante do exposto, rejeito o pedido e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, fixados por equidade em 15% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de outubro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**